

BRASIL

SEM CONTROLE Uma grande área da reserva dos índios cinta larga (*abaixo os caciques Jan, Tataré e Naçoca-Piú*) já foi devastada em busca dos diamantes



DENÚNCIA

Reserva indígena, que pode ter a maior mina de diamantes do mundo,



AMAURY RIBEIRO JR. – Juína (MT) e Cacoal (RO)

Numa sala dos fundos da joalheria Oriental, no centro do município de Juína, no Mato Grosso, o comerciante Rogério de Souza desdobra uma folha de veludo preto e espalha sobre a mesa centenas de pequenas pedras brilhantes. Depois de separar com uma pinça um lote de diamantes maiores, o comerciante anuncia o preço do produto: R\$ 150 por quilate (1/5 de grama). “Veio de longe. Mas se você quiser as pedras boas e grandes dos índios tem de avisar antes. Na semana passada, um garimpeiro de Rondônia estava pedindo US\$ 6 milhões por uma raridade de mais de 100 quilates”, disse Rogério à reportagem de ISTOÉ.

A exemplo dos demais escritórios de diamantes do município, a Oriental fica na avenida 9 de Maio, o local preferido dos garimpeiros e dos compradores da Bélgica, de Israel e de vários outros países. O comércio

FOTOS: ANDRÉ DUSEK

A NOVA



é explorada pelo crime organizado, que fatura US\$ 20 milhões por mês

MALDIÇÃO

de pedras também é intenso nos principais hotéis da cidade. “IMG Comércio de Diamantes”, anuncia uma placa colocada no apartamento 202 do Hotel Caiabi. Era nesse escritório improvisado que despachava o contrabandista de Tel-Aviv Israel Mattiyahu Garby, preso em março do ano passado pela Polícia Federal no Aeroporto Internacional Marechal Rondon, em Várzea Grande (MT), quando tentava contrabandear dois quilos de diamantes. Uma carga avaliada em R\$ 1,5 milhão ao preço do mercado de hoje. A prisão de Garby, no entanto, não foi suficiente para afugentar os compradores estrangeiros. No mesmo hotel, o belga Luix Uícus, não hesitou em dizer a ISTOÉ por meio do amigo Talai Did o que procurava na cidade: “Diamantes grandes e bonitos.” Did e Uícus somente perderam a calma e encerraram a conversa quando foram perguntados sobre a legalidade da transação.

Esse cenário explica por que Juína, município cercado por várias reservas indígenas, na divisa de Mato Grosso com Rondônia, é conheci-



CHAPÉU DA EDITORIA

do por manter em funcionamento a bolsa de diamantes do País. Na década de 90, esse título, escrito em duas torres erguidas na avenida 9 de Maio pelo israelense Izac Ben David, se devia à grande produção de diamante industrial no município. Minúsculo, escuro e vendido a preços bem inferiores para indústrias de ponta, esse tipo de diamante anda em queda, mas é o único produzido nos garimpos do município. A Polícia Federal, o Ministério Público Federal, e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) sabem que as pedras preciosas que atraem compradores e contrabandistas para Mato Grosso têm outra procedência: a reserva Roosevelt dos índios cinta larga. Ocupando uma área de 2,6 milhões de hectares nos Estados de Rondônia e do Mato Grosso, a reserva foi presenteadada com um raro kimberlito (rocha vulcânica onde é encontrado diamante).

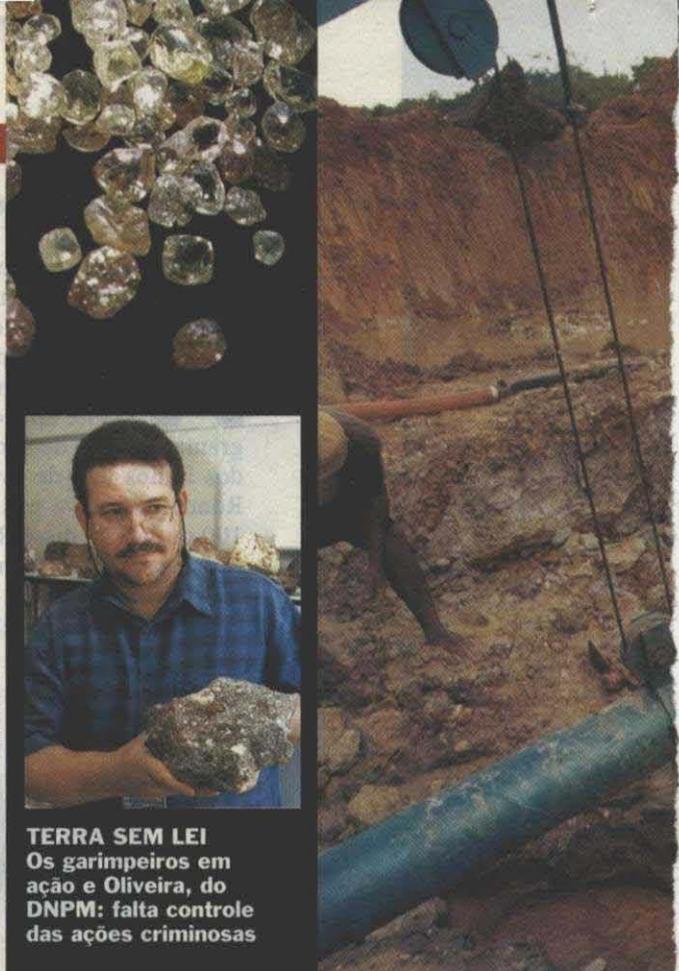
Segundo estudo da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), órgão do Ministério das Minas e Energia, o kimberlito, o único do País que pode gerar uma mina industrial de diamante de gema, tem capacidade para produzir no mínimo um milhão de quilates de pedras preciosas por ano, o que representa uma receita anual de US\$ 200 milhões. A extração de mineral em terra indígena é ilegal e depende de regulamentação do Congresso. Mesmo assim, a Abin e o serviço de inteligência da

PF estimam que US\$ 20 milhões de diamantes do Roosevelt saem ilegalmente do País todos os meses.

Para a PF e o Ministério Público, o contrabando explica a enorme discrepância entre a exportação legal de diamantes de gemas, que segundo o Serviço de Comércio Exterior (Secex) no ano passado foi de apenas 9.096 quilates, e o destaque que as pedras brasileiras começam a ganhar no mercado externo. De acordo com o *Mining Journal*, publicação especializada da Inglaterra que mede a comercialização de pedras preciosas na Europa, a produção de diamantes de gema do País foi de 900 mil quilates, no mesmo período, comercializados a US\$ 41 milhões. Esse número colocou o Brasil como o 10º maior produtor de diamantes do mundo. Basta fazer a conta – 900 mil quilates menos nove mil – para concluir que 890 mil quilates saíram ilegalmente do País em 2001. Cerca de 98% da produção nacional. “Está claro que a maior par-

te desses diamantes sai do País contrabandeada”, afirma o procurador da República Pedro Taques, que coordena uma força tarefa do MP que investiga o contrabando de diamantes em terras indígenas.

“Lá está a riqueza que os estrangeiros e os políticos querem tirar do meu povo. Tudo o que saiu é pouco. Os garimpeiros estão somente arranhando a rocha maior (kimberlito),



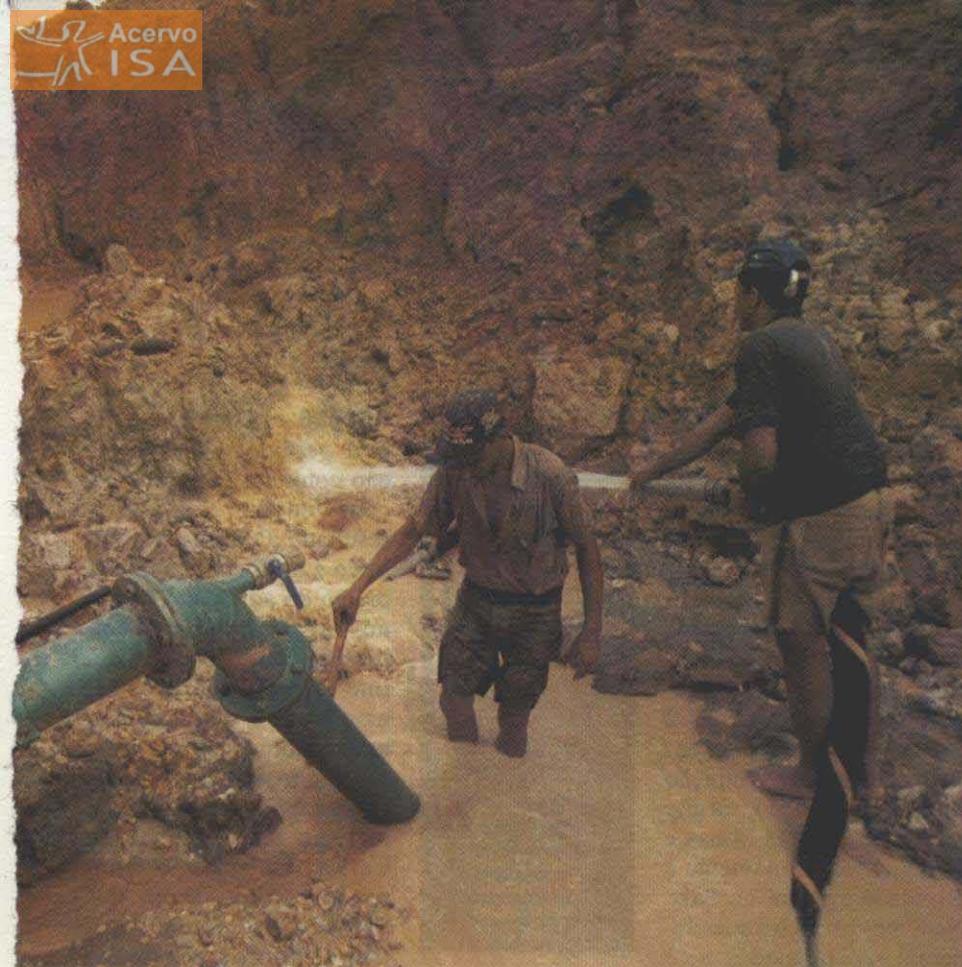
TERRA SEM LEI
Os garimpeiros em ação e Oliveira, do DNPM: falta controle das ações criminosas

AS LUTAS DOS CINTA LARGA



NOVA GERAÇÃO Diamantes decidem o futuro das crianças

A invasão na reserva dos cinta larga começou na década de 60. Os seringueiros foram os primeiros a chegar. Logo depois, os garimpeiros passaram a rondar as terras indígenas à procura de diamantes, que já brotavam às margens do rio Roosevelt. Muito antes de o sertanista Apona Meirelles manter contato amistoso com os cinta larga na década de 70, os índios que moram há pelo menos 500 anos nos cerca de três milhões de hectares nos Estados do Mato Grosso e de Rondônia já eram atormentados por invasores. “Eu era criança quando numa emboscada vi meu tio ser morto pelos garimpeiros”, recorda o cacique Tataré Cinta Larga. Naquela época, na avaliação do cacique Nacoça Piu, os cinta larga eram uma nação composta por seis mil pessoas. Atingidos por constantes conflitos e doenças trazidas pelo homem branco, a reserva está reduzida hoje a 1.200 índios.



LEOPOLDO SILVA

abaixo do igarapé, onde está o grosso do diamante”, mostra o cacique Tataré Cinta Larga, enquanto a aeronave sobrevoa o garimpo do Roosevelt. Visto do alto, o cenário apontado por Tataré é assustador. Em meio à floresta devastada, dezenas de tratores e escavadeiras abrem crateras no Igarapé do Lajes, que numa extensão de 40 quilômetros se transformou num gigantesco lamaceiro.

Os problemas do garimpo do rio Roosevelt não se resumem, no entanto, ao campo ambiental. A quantidade de pedras preciosas, grandes e de várias cores, atraiu, além dos garimpeiros e mineradoras do Brasil e do Exterior, todo tipo de criminoso e forasteiro para a região. Nos últimos dois anos, a PF retirou cinco mil garimpeiros do local. Centenas de carros e 200 toneladas de maquinário

de garimpo foram apreendidos.

A presença de policiais federais não conseguiu, no entanto, acabar com a atividade ilegal. Contrabandistas do Mato Grosso e de Minas Gerais e até mesmo políticos da região assumiram o controle do garimpo. Cooptados pelos grupos organizados, os caciques, iludidos pelos contrabandistas com carros importados e outros presentes caros, além da porcentagem na venda das pedras, passaram a exigir um pedágio de R\$ 30 mil pela entrada de cada máquina no garimpo. Um amontoado de quase mil fotos apreendidas no mês passado pela PF, ao qual ISTOÉ teve acesso, mostra cenas assustadoras. Armados com escopetas e armas de repetição, policiais e contrabandistas desfilam com celulares ligados a satélites e em aviões que descem em pistas clandestinas para buscar as pedras valiosas.

A PF chegou a montar dois postos de fiscalização na reserva para combater o crime organizado, mas, revoltados com a apreensão de maquinários e camionetes do garimpo, os guerreiros cinta larga, acionados pelos caciques, expulsaram os federais de sua reserva no mês passado. Em protesto contra a apreensão, os caciques assumiram o comando do escritório da Funai em Cacoal, que permaneceu fechado durante 15 dias em outubro. O administrador do escritório, Laerte Ferraz, em conflito com

Mas, para antropólogos, procuradores e autoridades os estragos provocados pelo novo garimpo à beira do Igarapé Lajes conseguiram, em menos de três anos, superar os muitos anos de invasão. Embora a maioria dos cinta larga ainda não tenha aprendido o português e o estado de miséria seja uma realidade na reserva, os caciques e os índios mais jovens começam a tomar gosto por carros importados, bebidas, óculos escuros, drogas, frete de avião e outros hábitos da cidade. Na maioria das vezes, o luxo da cidade é trocado por pedras que os contrabandistas recebem por um preço infinitamente abaixo do preço do mercado. Histórias como a do índio que trocou uma pedra preciosa por dois carrinhos de supermercado cheios de leite Moça são contadas nas esquinas e nos bares da cidade. “Tentaram eleger o índio como o grande culpado pelo contrabando. Essa visão é simplista e atende aos grandes interesses que a mina desperta.

Os índios são as principais vítimas de tudo o que está acontecendo”, afirma o procurador Guilherme Schelb, que integra a força-tarefa que investiga o contrabando.

A Constituição de 1998 passou para o Congresso a responsabilidade de regulamentar a extração mineral em terras indígenas. Um projeto de lei, do senador Romero Jucá (PSDB-RO), que permite a entrada das mineradoras nas reservas, tramita desde 1996. Mesmo antes de a atividade ter sido regularizada, as mineradoras do País e os grandes produtores do mundo já demonstram cobiça pelos diamantes dos índios. De acordo com levantamento da ISTOÉ, foram registrados no DNPM mais de 400 pedidos de licença de pesquisa na reserva Roosevelt. As mineradoras esperam a aprovação da lei para disputar o direito de extrair os diamantes da reserva.

BRASIL

OS MAIORES

Um estudo inédito que mapeou as reservas minerais do Brasil apontou que o garimpo do Roosevelt abriga um kimberlito mineralizado (rocha de origem vulcânica que dá diamante) com idade, estrutura geológica e capacidade de produção de pedras preciosas semelhantes às da mina de diamantes do Guaniano, na Venezuela. Elaborado pela Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), o levantamento apontou que o kimberlito tem 1,8 bilhão de anos e uma capacidade de produção de no mínimo um milhão de quilates por ano. Esse número subestimado coloca a Roosevelt, no mínimo, entre as cinco maiores minas de diamantes do mundo. A capacidade real somente poderá ser verificada com uma análise mais detalhada, o que ainda não foi feito, pois o garimpo está localizado em área indígena. Para especialistas, a sondagem poderá indicar a Roosevelt como a maior mina do mundo, superando a atual campeã, localizada em Botsuana, que produz nove milhões de quilates por ano.

Segundo o diretor de geologia e recursos minerais do CPRM, Luiz Augusto Bizzi, o levantamento foi feito com base na análise de imagens de satélite, cedidas pelo Japão e pela Nasa, e de ondas magnéticas captadas por avião. Bizzi lembra que a mina Guaniano já está operando industrialmente com uma produção de 350 mil quilates por ano. Nos próximos cinco anos, atingirá a marca de um milhão de quilates. Os maiores produtores são Austrália, Botsuana, Rússia, Congo e África do Sul.



SONDAGEM
Bizzi, do CPRM:
diamantes
de qualidade

os Cinta Larga, se licenciou do cargo. Os índios, que exigem a exoneração de Laerte, se aliaram aos técnicos indigenistas José Nazareno de Mares e Valdir Gonçalves, que estão sendo investigados pela PF pelo envolvimento com o contrabando de pedras. As investigações atingem também Vladimir Manqueiro, fiscal do Ibama de Cacoal.

A vida dos contrabandistas tem sido facilitada ainda pela concessão de licenças de pesquisas minerais em áreas próximas à reserva pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão do Ministério das Minas e Energia que regulamenta a atividade mineral no País. Nem mesmo os parques federais são poupados pelo DNPM. A PF acredita que licenças como essas são utilizadas pelos contrabandistas para regularizar as pedras retiradas ilegalmente da reserva. “Essa mina é amaldiçoada, é a mina da morte. Estou cansado de tanta violência. Já pedi minha transferência para outro local”, afirmou o delegado Raimundo de Souza Filho, de Espigão D’Oeste, assustado com a onda de crimes e violência no local.

Pelos cálculos do delegado, o garimpo do Roosevelt, que atraiu ladrões de pedras, prostitutas e traficantes para a região, provocou a morte de pelo menos 100 garimpeiros, índios e contrabandistas nos últimos dois anos. Normalmente, as vítimas são garimpeiros que não trabalham para os grupos organizados. Sem dinheiro para pagar o pedágio, eles se arriscam a entrar clandestinos na reserva, onde acabam sendo



ANDRÉ DUSEK



ANDRÉ DUSEK

DÚVIDAS
A prefeita
Lucía e o
delegado
Raimundo:
sem ação

mortos por índios guerreiros e jagunços contratados pelos contrabandistas. Nos últimos dois anos, 11 ossadas foram encontradas por agentes federais.

Reação – Mas nem tudo está perdido. Uma operação conjunta de vários órgãos federais vem dando resultado. O Ministério Público e a PF comemoram a prisão do advogado Avelino Tavares Jr. e dos empresários de Juína Laudelino Alves Queiroz e Renato Marine, do piloto Eliano Antônio Correia e de um grupo de compradores do Paraná. Mas o policial militar mato-grossense Carlos Santana e o comprador Nilmo Pires dos Santos conseguiram fugir. Depoimentos sigilosos

apontam que o grupo de Juína é controlado pelo ex-garimpeiro Hermes Bergamini, proprietário da Diajamur, uma das principais lojas de compras e exportação de pedras da avenida Nove de Maio. A Diajamur reserva uma sala especial para um comprador indiano, que se identifica apenas como Zavarello, principal contato de Bergamini com a Bélgica. Está sob investigação também a prefeita de Espigão D’Oeste, Lúcia Teresa Rodríguez dos Santos (PDT), acusada em vários depoimentos de manter máquinas dentro do garimpo, que funcionariam com combustível desviado da prefeitura. As investigações atingem até mesmo assessores de políticos de Rondônia e uma quadrilha de Minas Gerais liderada pelo comprador de pedras e empresário Gilmar Alves Campos. Segundo os índios e os garimpeiros, Gilmar teria assumido o controle do contrabando no Roosevelt logo após a prisão de alguns integrantes da quadrilha mato-grossense. Curiosamente, o empresário ganhou notoriedade ao aparecer no mercado de diamantes há dois anos com uma pedra rosa de 75 quilates.



REPRODUÇÃO

PROTEÇÃO Garimpeiros têm exército clandestino

Vendida para o exterior por cerca de US\$ 10 milhões, o diamante rosa, segundo Gilmar, teria sido retirado de um garimpo na região do Triângulo Mineiro.

As prisões serviram também para revelar o estreito limite que separa a exploração mineral legalizada do contrabando. De acordo com documentos obtidos por ISTOÉ, a maioria dos criminosos presos possuía alvará do DNPM. O empresário Alves Queiroz, conhecido como Zé Alves, já havia sido preso anteriormente com diamantes contrabandeados. Isso não impediu o DNPM de conceder um alvará de pesquisa em Espigão D'Oeste. Além do alvará, que também foi concedido a Avelino Tavares em Rondônia e a Gilmar em Minas, Queiroz recebeu do órgão uma guia de utilização, documento que dá direito às mineradoras de vender as pedras durante a fase de pesquisa. "Foi a forma que encontrei de ajudar a PF a prender os contrabandistas", justificou o chefe do DNPM em Rondônia, Airton Nogueira de Oliveira. "Está claro que esses alvarás servem para lavar as pedras dos índios. Como não há nenhum tipo de fiscalização, o empresário monta uma mina nas proximidades e diz que o diamante

do índio saiu da área regularizada. Assim fica difícil combater o contrabando", afirma o superintendente da PF em Rondônia, delegado Marcos Aurélio Pereira Moura.

O contrabando de diamante vem se transformando num problema mundial. Preocupados com a utilização da pedra preciosa nas guerras tribais e no terrorismo, as mineradoras, os compradores e o governo de vários países decidiram fundar o Grupo Kimberly, que busca soluções para controlar a origem das pedras. No Brasil, no entanto, o certificado de origem é uma exigência que está em desuso no comércio e nas exportações dos diamantes. Essa fragilidade veio à tona

com a prisão do israelense Garby, aquele detido com dois quilos de pedras no Aeroporto de Várzea Grande. Em depoimento à Polícia Federal, Garby disse que para exportar a pedra no Brasil é necessário apenas emitir uma nota fiscal em nome de um garimpeiro qualquer. Essa informação foi confirmada numa carta dirigida à PF pelo chefe do DNPM em Mato Grosso, José da Luz. Segundo ele, a exportação do diamante segue as mesmas leis do comércio geral.

"Vender diamante é muito fácil, é como vender um feijão", afirmou a ISTOÉ Antônio Chiarelho, que comanda a loja de Bergamini em Juína. De acordo com o delegado da PF em Mato Grosso, André Luiz Soares, em nenhum momento foi discutida a origem das pedras no processo de Garby, que acabou na Justiça Estadual. "As pedras foram liberadas após o israelense pagar os tributos ao governo. Ele deve estar rindo em Israel, o que mostra que é possível fazer contrabando de diamantes no Brasil usando as brechas da lei", disse o delegado. Ao justificar os alvarás emitidos a traficantes, a presidência do DNPM disse, por meio de sua assessora, que o órgão age de acordo com o Código de Legislação Mineral. ■

Opção pela
qualidade.

ANTENNA

Sempre com
56 minutos de
música por hora.